



ACÓRDÃO Nº 526/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2317/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Sr. Antônio Dias dos Santos - Ordenador de Despesa.
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Órgão:** Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM.
- 6- **Exercício:** 2012.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2744/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.1474/1475).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM. Exercício de 2012.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas- CBMAM, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do **Sr. Antônio Dias dos Santos**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b”, da Lei nº 2.423/96, art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02-TCE;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Antônio Dias dos Santos**, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), pelas impropriedades constantes nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5 e 12.1.6, do Relatório Conclusivo nº 83/2013-DICAD-AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



ACÓRDÃO Nº 526/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Determinar** à SEPLENO - Secretaria do Tribunal Pleno que expirado o prazo, autorize desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;
- 10.4. Recomendar** ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM:
- 10.4.1.** Que elabore o Inventário de Bens Patrimoniais de acordo com as exigências da legislação, constando no mesmo seus devidos tombamentos, sob pena de sanção em caso de reincidência da impropriedade nas próximas Prestações de Contas Anuais daquela Corporação;
 - 10.4.2.** Aos técnicos da área financeira do CBMAM que observem as divergências lançadas no item 5 do Relatório Conclusivo nº 83/2013 – DICAD-AM, para que falhas de lançamentos de natureza contábil não tornem a ocorrer, em futuros exercícios a serem fiscalizados;
 - 10.4.3.** Mais acuidade no lançamento dos dados no Sistema ACP, pois a U.G. não pode se eximir da correta inserção dos dados no referido sistema;
 - 10.4.4.** Que promova Licitação, após a expiração do Termo de Contrato vigente (Termo de Contrato n.º 01/2012), abrindo concorrência ao mercado local para a prestação de serviços desta natureza, visto que, quando da inspeção “in loco”, verificamos que a Empresa Servcar Diesel Ltda, responsável pelo contrato retromencionado, já vem prestando serviços de manutenção, recuperação mecânica e elétrica há vários anos naquele CBMAM;
 - 10.4.5.** Que a Unidade Gestora tome as providências para cobrar da CGE a emissão do Relatório e Certificado de Auditoria com o Parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno;
- 10.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.



ACÓRDÃO Nº 526/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues, dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral